

## CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

### ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às nove horas e quinze minutos, em primeira convocação na sede CONESD/DESP, situada na Rua da Paz, 551, esquina com Sete de Setembro, nesta Capital, foi dado início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas- CONESD/PR. Na presença dos conselheiros que assinaram a lista anexa, a Presidente Diana de Lima e Silva abriu os trabalhos convidando a Coordenadora de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, Flávia Vernizi Adachi e sua assistente Nalu Caigawa para esclarecer a proposta de estruturação da rede de saúde mental de Curitiba e redimensionamento dos CAPS. Essa proposição gerou, nas últimas semanas, grande polêmica e revolta de segmento da população. Tal fato segundo a psicóloga Flávia Adachi deveu-se a errôneas informações. Justificou que o objetivo da Secretaria Municipal de Saúde consiste basicamente no melhor acolhimento aos usuários, dentro de uma lógica de equipes constituídas para trabalharem em rede, corrigindo assim a falta de diálogo entre seus componentes, o que impacta no cuidado ao usuário. Neste aspecto discorreu sobre as falhas do sistema, a fragilidade no atendimento, a falta de capacitação de pessoal, inclusive da necessidade de aumentar o quadro de profissionais especializados, tais como psicólogos, enfermeiros, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, entre outros. Identificou a ocorrência de práticas heterogêneas realizadas pelos que atuam em serviços de mesma natureza (Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF, Ambulatórios, CAPS), fila de espera para a especialidade de Psicologia e Psiquiatria ambulatorial com baixa qualificação dos motivos dos encaminhamentos; articulação incipiente entre os diferentes pontos de atenção da rede; dificuldade de acesso de alguns territórios específicos aos serviços especializados de referência, entre outros fatos que foram melhor percebidos pelo mapeamento diagnóstico do funcionamento da rede atual, num trabalho realizado nos meses de janeiro à setembro de 2017. Em relação aos CAPS, o estudo apontou situações críticas como a necessidade de ampliação de cobertura populacional e territorial, bem como dificuldade de acesso para população devido localização geográfica dos serviços, a exemplo dos moradores de Tatuquara terem que se deslocar para o CAPSTM localizado na Rua Nunes Machado, daí precisam utilizar 4 ônibus, levando por volta de 3 horas para o deslocamento. Significa uma barreira importante de acesso aos serviços. E como lembrou a conselheira Cristina Ruaro deve-se dar atenção imediata ao dependente químico, que devido a sua fragilidade tem acentuada instabilidade emocional e de determinação, ora quer se tratar e ora não, no momento seguinte.

Atualmente o município conta com 12 CAPS sendo: 04 para adultos com transtornos mentais exclusivamente, 05 para adultos com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas exclusivamente e 03 para crianças e adolescentes. A cobertura territorial é referenciada, sendo que a localização geográfica não favorece o acesso a usuários de alguns distritos sanitários, o que dificulta a adesão ao tratamento. A alta prevalência de comorbidades de transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas e transtornos mentais, devendo estabelecer uma diretriz em que se contemple o cuidado integral desses usuários em um mesmo dispositivo de atenção ([http://www.abp.org.br/portal/parceria-em-patologia dual](http://www.abp.org.br/portal/parceria-em-patologia-dual)).

Articulações entre as equipes dos pontos de atenção conforme preconizado para a RAPS, ausentes ou incipientes frente ao elevado número de equipamentos no território com os quais o CAPS precisa estabelecer relações, dificultando ainda ações de reabilitação psicossocial (principal estratégia do tratamento ofertado pelo CAPS). Atual realidade orçamentária do país, do estado e do município em que não há previsão pelo MS para implantação e habilitação de novos serviços de CAPS. Face ao cenário Flávia Adachi enfatizou ser necessário o redimensionamento territorial dos CAPS para a população adulta, contemplando a adequação de delimitação territorial e nova organização dos processos de trabalho para o atendimento da população referenciada de acordo com as necessidades locais. Daí com a implementação da proposta, cada Distrito Sanitário do município contará com um equipamento CAPS de referência, que será responsável pelas demandas da saúde mental do território assistido (pessoas com grave prejuízo funcional). Estes deverão organizar o

processo de trabalho pautado na oferta de ações terapêuticas a serem realizadas pela equipe multiprofissional, que possam contemplar as diferentes especificidades apresentadas pelos usuários. Como resultados esperados almeja-se: a promoção de acesso; apropriação pelas equipes do território adscrito com o estreitamento da relação com as equipes dos equipamentos que compõe a rede de saúde, bem como dos recursos comunitários do território; integração e articulação das equipes CAPS com as equipes de território de referência (APS, NASF, Ambulatório e RT), propiciando que o cuidado ao usuário seja realizado na lógica de Equipe Ampliada; qualificação técnica através de capacitações e educação permanente, além da experiência prática no cuidado com foco na integralidade do sujeito e obedecendo aos princípios do SUS – universalidade, territorialidade, integralidade e equidade. E, fundamentalmente promover a retomada do processo de reabilitação psicossocial, principal estratégia de cuidado dos CAPS.

Para tanto, a Coordenação de Saúde Mental pretende efetivar este redimensionamento de maneira gradual, sem gerar desassistência à população, avaliando o processo de implantação, até chegar ao cenário proposto através das seguintes ações: planejar processo de remanejamento das equipes atuais, de maneira a contemplar intenção dos trabalhadores e experiência técnica; realizar processo seletivo específico para repor profissionais em déficit atualmente nos CAPS – psicólogo, enfermeiro e psiquiatra; utilizar para nova composição técnica das equipes o banco de profissionais existentes – assistente social e técnicos de enfermagem; estabelecer organização dos processos de trabalho a partir de diretrizes institucionais da prática de CAPS (ofertas terapêuticas); estabelecer um cronograma de capacitações e processo de educação permanente; estabelecer espaços para integração entre as equipes do território (CAPS, NASF e Unidade de Saúde); implantar metodologia avaliativa em todos os serviços CAPS.

Seguiu-se um debate com os conselheiros. A titular da Associação Médica do Paraná, Denise Rodrigues, após elogiar o trabalho exposto, ponderou, entre outras questões, sobre a necessidade de atenção para o desenvolvimento da prevenção primária e de cuidados com a família dos usuários. Pela OAB/PR falou o conselheiro Luiz Carlos Pitty Hauer, que se mostrou incrédulo com a proposta. A conselheira do Ministério Público, Cristina Ruaro elogiou o projeto de mudança, enfatizando que deve de fato haver uma evolução, porque o hoje há ineficiência dos serviços de saúde prestados à população. A conselheira chamou atenção para necessidade de investimentos em capacitação do pessoal e afirmou que o modelo de saúde disponibilizado não tem eficácia. Não há um acompanhamento do usuário após o seu tratamento no CAPS. E sequer a população mais carente, como no caso da região de Tatuquara tem acesso à saúde.

Por fim, Flávia Adachi e Nalu concluíram enfatizando que a Coordenação mental do município apresentou um projeto de mudança no sistema de saúde, com foco nas correções e, como forma de melhor atendimento à população vêm ouvindo sugestões e queixas para aperfeiçoamento do projeto.

O ponto seguinte da Pauta, resultado do último Leilão de bens de traficantes e montante de recursos arrecadados foi tratado com o diretor do DESPD, João Rafael Iensen, que participou do leilão auxiliando a SENAD na realização do evento. Ele esclareceu que os recursos provenientes, conforme Ofício do Ministério da Justiça de 11/05/2015 são divididos entre o Conselho Estadual Antidrogas (R\$ 324.733,62), Polícia Civil (R\$ 156.821,99), Polícia Militar (R\$ 156.821,99); Poder Judiciário (R\$ 133.151,12); Ministério Público (R\$ 133.151,12) e SEJU/PR (R\$ 324.733,62). Do total de R\$ 1.229.413,46 enviado para Senad 20% fica retido por esta Secretaria Nacional Anti-Droga, no percentual de 20% será retido pelo Senad e só retorna na forma de projetos.

Explicou que seria mais rápido o retorno para o Paraná se os tramites burocráticos fossem fundo a fundo, que não é o caso.

A presidente ressaltou que nem sempre todos os recursos provenientes do Leilão e reservados ao Conesd dependem de projetos. E citou o inciso IX do art.8º da Lei 17244/2012, que instituiu Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD. Tal dispositivo preconiza subsídio à participação de membros do Conselho Diretor do FESD e do Conselho Estadual Antidrogas em eventos nacionais e internacionais voltados à discussão de questões ligadas ao combate às drogas. Contudo em nenhum momento se tem notícias de que houve a destinação para tal fim. Muito pelo contrário, ocorre

indeferimento do pleito. Diana disse ainda que os recursos provenientes do leilão poderiam ajudar ao desenvolvimento de campanhas de prevenção. A conselheira Maristela, da SEED, comentando sobre prevenção asseverou que nada se resolve se não tiver a rede de saúde estruturada e deve-se visar empoderar os municípios. Deve-se planejar a capacitação de conselheiros tanto municipais quanto estadual. Considerou ainda que a melhor estratégia de prevenção deve ser realizada com entrevista motivacional, assinalou ainda a necessidade de capacitar a equipe básica de atenção primária.

Por fim, os conselheiros trouxeram à baila a questão da Conferência estadual de políticas públicas sobre drogas. Entretanto, ponderaram que os conselheiros do Município deverão ser capacitados antes dos estaduais, na visão política da base para o topo. O Conselheiro Piti Hauer sugeriu que o primeiro contato deva ser realizado ainda esse ano, ou seja, numa reunião de aproximação, simultânea a próxima reunião do Conselho, dia 13 de dezembro.

Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às 12h15min, e eu, Diana de Lima e Silva, lavrei à presente ata.

